

A REALIZAÇÃO DO CLÍTICO NO PORTUGUÊS FALADO EM ANGOLA

Natália Valentina Viti ²

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre um dos aspectos relacionados com a situação linguística de Angola, particularmente a realização do pronome clítico no discurso oral dos falantes, com reflexos no discurso escrito, assim como as suas implicações nas produções linguísticas. Procura dar conta do facto de, em Angola, o ideal linguístico ser a norma padrão do Português Europeu, embora esta não seja atingida pela maior parte de falantes, dado que tende a emergir uma variedade que, gradualmente, se diferencia da norma. Deste modo, tem como objectivos identificar as áreas críticas no emprego do pronome clítico, perceber a causa do uso inadequado do pronome clítico, procurar mecanismos que permitam a mitigação do uso inadequado do pronome clítico no seio dos falantes. Como suporte para as considerações teóricas efectuadas, procede-se à apresentação e análise de exemplos autênticos de expressões e frases que se revelam desviadas da norma padrão do Português Europeu e que constituem o *corpus* deste artigo. Tratam-se de exemplos extraídos do discurso oral e escrito de alguns falantes, nomeadamente estudantes universitários e alguns alunos do II Ciclo do Ensino Secundário, tendo-se como campo de acção um Instituto Superior Politécnico e três Escolas do II Ciclo do Ensino Secundário, situados nas cidades de Benguela, Bié, Huambo e Luanda.

Palavras-Chave: Situação Linguística; Pronome Átono; Colocação do Pronome

The clitic realization on the Portuguese spoken in Angola

Abstract: This article presents a reflection on one aspect of the linguistic situation of Angola. It focuses on the realization of the clitic pronoun in the oral discourse of the speakers, with influence in the written discourse, as well as its implications in linguistic productions. The article considers the fact that, in Angola, the linguistic ideal is the standard of European Portuguese. Most local speakers have not achieved this ideal because local varieties of Portuguese emerge. Thus, the article has three aims: to identify the critical areas in the use of the clitic pronoun; to understand the cause of the inappropriate use of the clitic pronoun; and to look for mechanisms in order to mitigate the inappropriate use of the clitic pronoun among speakers. After discussing the theoretical background, the body of the article focuses on a presentation and analysis of authentic examples of expressions and phrases that deviate from the standard European Portuguese. These are examples taken from the oral written discourse of some speakers, namely university students and some students of the Secondary School, having as research field study a Higher Polytechnic Institute and three Schools of the Secondary School, in Benguela, Bié, Huambo and Luanda cities.

Keywords: Linguistic Situation, Personal Pronoun, Pronoun Placement.

Recebido aos: 18/11/2019 | Publicado aos: 26/02/2020

² Doutora em Linguística pela Universidade Nova de Lisboa (UNL), Docente e Investigadora do CesP - Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela. E-mail: valeny2012@gmail.com

Introdução

A colocação dos clíticos, em contexto angolano, é um trabalho que desafia qualquer professor de Língua Portuguesa, pelo facto de se reflectir sobre um conteúdo complexo e “regulador” do discurso quotidiano dos falantes. É de se verificar que estes pronomes são usados de modo diverso, nas diferentes variantes do Português. Deste modo, procura-se, com este artigo, perceber o que está na base do uso inadequado dos pronomes clíticos nas produções linguísticas de determinados falantes angolanos.

Neste estudo, pretende-se ainda analisar as principais propriedades sintácticas dos verbos reflexos e verificar se certos verbos pronominais, em PE, quando acompanhados por elementos introdutórios de complementos preposicionais, como *de* e *com*, exigem ou não a presença de um pronome clítico, visto que o português, em Angola, se encontra em constante mutação, fruto de interferências linguísticas resultantes do seu contacto com as línguas nacionais e com o Português do Brasil (doravante PB), o que leva a certos desvios à norma padrão do Português Europeu (doravante PE).

Consequentemente, por meio de enunciados orais e escritos dos falantes, procura identificar áreas em que o pronome clítico é empregue de forma inadequada.

2. O português falado em Angola

O Português é a língua oficial da República de Angola. Possui este estatuto em oposição às línguas nacionais, de origem *bantu*; é o idioma de ensino e um dos factores de unidade e integração social. O Estado proclamou a sua utilidade e declarou a sua conservação (cf. Constituição da República de Angola, art.º n.º 19. 1).

Nesta perspetiva, pode dizer-se que, como qualquer outra língua, o Português, em Angola, encontra-se em permanente variação, apesar de seguir a norma padrão do PE. Com efeito, no uso oral, distancia-se cada vez mais desta norma e não deixa de ser curioso que, por certas particularidades, ele se aproxime do Português do Brasil, Teyssier (2001:96). O distanciamento referido resulta não só do seu contacto com o PB e com as línguas nacionais, mas também de uma certa criação de novas palavras e expressões que surgem pela capacidade de invenção do povo, aliada a certos desvios à norma padrão do PE.

Neste âmbito, o estudo do Português falado em Angola submete-se a uma análise sistemática de estruturas do PE. Consequentemente,

Luandino Vieira, um dos melhores escritores angolanos, apresenta, na sua obra *A Linguagem Luandina*, estruturas extraídas do Português falado pelo povo simples de Luanda e de alguns falantes de outros estratos sociais. Tomemos como exemplo as frases que se seguem: “*O João lhe bateram na mãe dele*”; “*O mano lhe apanharam na polícia*”, expressões usadas por um jovem e que alguns leitores podem considerar variante angolana do Português.

Trata-se de um aspecto controverso, na medida em que parece precipitado considerar as expressões apresentadas como produções da “variante angolana”, sabendo que, por um lado, até à presente data não foram efectuados, no país, grandes estudos aprofundados que nos possam fazer chegar a uma norma linguística angolana. Por outro lado, as referidas produções surgem no seio de uma população não culta. Este aspecto opõe-se ao conceito de norma, segundo o qual esta deve ser erigida da variante utilizada por falantes cultos e que vivam numa zona habitada maioritariamente por sujeitos detentores de um nível de escolaridade aceitável, como o refere Duarte (2000:21).

Além do aspecto referido, verifica-se a grande liberdade na colocação dos clíticos, como se pode verificar na seguinte construção: *eu vi ele por eu vi-o*. Este e outros exemplos não nos surpreenderão, se tivermos em conta as analogias existentes entre o Português falado em Angola e o Português do Brasil.

3. O português e sua relação com as Línguas Nacionais

Estudos realizados por Mota (1996) revelam que a coabitação de duas ou mais línguas no mesmo espaço geográfico concorre para um contacto entre si, do qual podem advir consequências. Destas, destaca-se o fenómeno da influência, responsável pelo surgimento de aspectos novos na língua. Em Angola, a convivência do Português com as línguas nacionais deu origem às interferências a vários níveis. Neste âmbito, a opinião de Thomason *et alii*, apud Mota (1996) permite perceber que dos vários tipos de interferências a que mais afecta a língua, em contexto angolano, é a morfossintáctica, na qual se enquadra a questão da realização do clítico.

Este, como no-lo evidenciam os exemplos da obra de Luandino Vieira, apresentados acima, encontra uma realização que se distancia da norma padrão do Português Europeu, adoptado no país. A partir de frases como *Vi ele no Kero, Não queria entregar a sua filha para o João, os costumes estavam sendo atropelados*, produzidas por um falante, em ambiente formal, e tendem a ser produzidas com frequência no discurso de muitos

falantes, podemos dizer que, além da influência das línguas nacionais, alguns falantes angolanos fazem adaptações de palavras e de estruturas do PB, facto que realça a ocorrência de formas destas linguagens no Português, causando desvios perceptíveis no âmbito da pronúncia, do léxico e da construção frásica.

O fenómeno de interferência não está, apenas, relacionado com a simples transferência de elementos de uma língua para outra. Afecta, igualmente, a expressão e o conteúdo, podendo ser analisada, com maior eficácia, em termos estruturais, caso se parta do princípio de que as unidades básicas da expressão e do conteúdo – os fonemas e demais elementos – foram definidos no interior de cada língua pela oposição com outros fonemas dessa língua. Por exemplo, um grafema ou um grupo de grafemas assume em línguas diferentes valores fonéticos diferentes. Contudo, em determinadas produções discursivas é possível identificar tais valores como iguais: a semelhança física acaba por induzir o falante a produzir discursos em que esses fonemas são passíveis de identificação interlinguística. (Almeida 2001)

As referidas identificações interlinguísticas ocorrem, de igual modo, entre relações gramaticais, isto é, na ordem das palavras. Por exemplo, em inglês, o adjectivo é colocado antes do nome, enquanto em português tanto pode ser colocado antes ou depois do nome. No entanto, enquanto na língua inglesa se trata de uma ordenação obrigatória, com uma função denotativa, a colocação do adjectivo antes do nome em português desempenha uma função mais estilística.

A transposição deste aspecto para o contacto entre o PB e o Português falado em Angola (segundo a norma padrão do PE) permite verificar que com verbos simples, o PB tem sempre o clítico anteposto ao verbo, enquanto em PE é anteposto ou posposto, segundo orientações normativas. A anteposição passa a ser a forma consagrada que predomina nos registos mais espontâneos da linguagem oral. Mas a posposição continua a ser praticada, sobretudo na linguagem escrita. Pelo contacto entre as duas estruturas linguísticas vão-se identificando os mesmos aspectos no discurso de alguns falantes angolanos, que o assemelham tanto ao PB como à variante moçambicana.

Nesta perspectiva, Petter (2015) põe em evidência que a colocação do clítico é um dos aspectos morfossintácticos que aproximam as variedades africanas e americana do português. Pode concordar-se com a autora, ao afirmar que a tendência de colocação do clítico em Português

falado em Angola opõe-se à do PE. Um falante angolano tende a colocar o clítico numa posição diferente da utilizada, naturalmente, por um falante português. Quando este prefere a anteposição (após conjunções subordinativas e advérbios, por exemplo), um falante angolano usará a posposição e, quando a norma padrão do Português Europeu pede a posposição (no início de orações, por exemplo), o Português falado em Angola optará pela anteposição, como se pode ver no ponto 4.

4. Aspectos de colocação e uso do clítico, identificados nas produções linguísticas de determinados falantes angolanos

Segundo Miguel (2014:57), o uso do clítico no discurso oral e escrito de falantes angolanos é um aspecto que revela determinados problemas, mesmo em sujeitos com formação universitária. Por este motivo, pode dizer-se que a ínfima existência de profissionais do ensino formados na área leva a crer que muitos falantes com habilitações literárias de nível superior, e alguns ainda em formação, não puderam aprofundar conhecimentos relacionados com o funcionamento da língua ao longo do seu percurso académico, o que os leva a pôr em evidência certos desvios à norma padrão.

Além disso, o número inferior de professores especializados em Língua Portuguesa permite que os seus utentes tenham dificuldade em produzir enunciados linguísticos com aplicação da norma padrão. Com efeito, os dados recolhidos mediante o discurso oral e escrito tornaram possível a realização de uma análise relativa ao uso do clítico por falantes de diferentes estratos sociais, dos quais foram extraídas as produções presentes no quadro 1 (ver anexos).

Basta observarmos os exemplos apresentados no quadro para percebermos a diferença relativamente à posição do pronome clítico na frase, em PE e em Português falado em Angola, à qual se acresce um aspecto novo, em que se verifica a dupla ocorrência de um pronome ou a sua substituição por outro pronome que não exerça a mesma função sintáctica.

Neste âmbito, alguns autores (Miguel (2014), Brito, Duarte e Matos (2003), Cunha e Cintra (1994)) chamam a atenção para o facto de a colocação de o pronome clítico, na frase, não ser arbitrária e ter de obedecer a regras que determinam a sua posição: enclítica, mesoclítica ou proclítica.

Muitos problemas, indicados acima, acontecem em falantes de todos os estratos sociais, principalmente, nos escolarizados, por não terem interiorizado o mecanismo da ênclise, posição sintáctica ocupada por um clítico à direita de um morfema. Em Português, a ênclise corresponde à posição pós-verbal dos pronomes clíticos, designadamente dos pronomes pessoais átonos, com função de complemento directo e indirecto, e dos pronomes clíticos reflexos.

A posição enclítica destes pronomes é a colocação mais natural em relação ao verbo e ocorre sempre que não existam na frase palavras que provoquem antecipação do clítico (*próclise*) e sempre que o verbo não esteja no futuro do indicativo ou no condicional, situação que obrigaria o falante a intercalar o clítico na forma verbal, ocorrendo a chamada *mesóclise*.

Se tivermos em conta a opinião de diversos investigadores que se dedicam aos estudos linguísticos, e como já foi referido, a ênclise é a posição normal dos clíticos. Em situações que exijam anteposição do clítico, na maior parte dos casos, os falantes não respeitam os atractores, nomeadamente os advérbios, os constituintes relativos e as conjunções subordinativas, em contextos de uso/anteposição obrigatória, concorrendo, deste modo, para os desvios que, se quisermos ser precisos, são considerados incorreções.

5. Possíveis causas de problemas no uso dos clíticos por alguns falantes angolanos

Os vários problemas de colocação do pronome clítico, identificados nos exemplos apresentados em 4, revelam que a sua origem está relacionada com o insuficiente conhecimento explícito da língua, especificamente da norma padrão do PE, vigente no país. Nesse caso, Endruschat (1994) afirma que, ao estudar a Língua Portuguesa, um não luso-falante encontra-se com um fenómeno sintáctico inexistente nas outras línguas românicas e nas de origem *bantu*: a colocação dos pronomes pessoais átonos, também denominados clíticos, em relação ao verbo principal. Como se pode ver nas frases *Olapi eyi vainhibã/Olapi eyi vainhibã ame - (Deram-me este lápis)/ Deram-me a mim este lápis); Ndalivalula - (Magoei-me); Etu tulisole - (Amamomos)*, a posição do pronome clítico em Umbundu é diferente daquela que os falantes estão habituados a constatar em Português. Os três exemplos apresentados evidenciam o facto de, nessa língua nacional, o pronome clítico não ser anteposto nem posposto, podendo ocorrer no interior da forma verbal, como infixo.

Ao optar por construções que exijam anteposição ou posposição, o falante tem de considerar não só o tipo de oração e a estrutura sintáctica verbal, mas também os aspectos semânticos, sendo que, algumas vezes se podem encontrar duas construções consideradas correctas. Veja-se o exemplo: *Na casa encontram-se pessoas.* / *Na casa se encontram pessoas.*

Na verdade, em Português, verbo e pronome clítico formam um complexo sintáctico e semântico, servindo de base à cliticização do verbo. Na ênclise, colocação não-marcada, e na mesóclise, caso especial da ênclise, esta cliticização traduz-se por alternâncias morfo-fonológicas.

Ao aspecto referido, associa-se a qualidade do processo de ensino-aprendizagem que, na nossa opinião, deve ser melhorada em prol do crescimento dos falantes (aprendentes). Sabendo que a linguagem desempenha um papel fundamental na comunicação e na veiculação de aprendizagens (escolares e não escolares), a estimulação linguística é pedra essencial no crescimento do sujeito. Para além do domínio implícito da língua, as aprendizagens escolares, particularmente a competência no emprego e colocação dos pronomes clíticos, implicam formas de apreensão do conhecimento que mobilizem um conjunto de processos cognitivos conducentes à consciencialização do conhecimento já implícito e à análise e explicitação de regras, estratégias e técnicas que devem ser objecto de um ensino sistematizado, rigoroso e cuidado por parte da escola. (Sim-Sim *et al.*, 1997).

Um aspecto ainda considerável, na base dos problemas relacionados com a colocação do pronome clítico no discurso (oral e escrito) dos falantes angolanos, é a interferência linguística quer do PB, por meio do contacto com cidadãos brasileiros que chegam ao nosso país, de telenovelas, de programas televisivos e de livros em PB, quer das línguas nacionais faladas no nosso território.

De acordo com Viti (2012) e outros autores como Mendes (1985), Mingas (2002) e Ançã (1999), a interferência linguística é um aspecto natural e inevitável, na medida em que se verifica entre os falantes uma tendência crescente para a adaptação de estruturas de diferentes línguas à outra. Nesse caso concreto, mencionamos as estruturas do PB e as das línguas nacionais ao Português, criando uma convergência linguística nas interacções idiomáticas, que constitui a base do fenómeno de interferência e pode ser de vários níveis. Como se pôde constatar em vários pontos do presente artigo, a nossa investigação contempla a interferência a nível sintáctico, especificamente o caso da colocação do pronome clítico.

6. Verbos que regem pronomes

Tendo em consideração o insuficiente conhecimento explícito do funcionamento da língua, referido anteriormente, para um emprego adequado do clítico, realça-se a existência de verbos que não dispensam o uso dos pronomes, remetendo-nos para a conjugação pronominal, na qual as formas verbais se fazem acompanhar de pronomes.

Vejam-se alguns exemplos apresentados: *chamar-se, lavar-se, vestir-se, lembrar-se, suicidar-se, queixar-se, arrepende-se, sentar-se, deitar-se, levantar-se*, entre outros (*Eu sento-me sempre na primeira fila; Um empresário benguelense suicidou-se quando perdeu a sua fortuna*) – ver quadro 2 em anexos.

Além do aspecto referido, identificam-se ainda certos verbos que, em determinados casos, admitem pronomes, em outros, não. Barbosa (1830:250) apercebeu-se da existência, em PE, de verbos que admitem duas situações face ao uso dos pronomes clíticos, isto é, há verbos que apenas se combinam com o pronome clítico e verbos que, em algumas situações, são acompanhados do pronome clítico e, noutros contextos, não são acompanhados por ele. São verbos como: “*casar*”; “*casar-se*” entre outros – ver quadro 3 em anexos

7. Verbos reflexos acompanhados pela preposição “de”

Os verbos como *ir, sair, entrar* são transitivos indirectos porque, apesar de não seleccionarem um grupo nominal, objecto directo nem objecto indirecto, requerem obrigatoriamente um complemento oblíquo, categorialmente, grupo preposicional ou adverbial. Quanto ao pronome reflexo, este não representa qualquer argumento do verbo, Burzio (1986). Assim, em construções com verbos reflexos como: *Eu lembro-me das férias*, ainda que não exista um objecto directo, concorrem dois argumentos: o argumento externo com a função de sujeito *Eu* e um outro argumento como complemento preposicional, exigido pelo predicado verbal pronominal em análise. O grupo preposicional é formado pela preposição *de* e pelo grupo nominal *as férias* e é a essa preposição que se atribui caso (abstracto) ao grupo nominal. Tendo em consideração a análise feita acima para os verbos reflexos, apresenta-se um quadro com classes de verbos reflexos e sua relação com o grupo preposicional – ver quadro 4 em anexos.

A lista apresentada mostra os verbos reflexos que seleccionam um GPrep com a preposição *de* e que não dispensam o uso do pronome clítico nas construções em que ocorrem. Em nenhum destes casos podem os

pronomes clíticos reflexos ser parafraseados por *a mim próprio*, *a mim mesmo*, *a ti próprio*, *a ti mesmo* ou outras de sentido equivalente.

8. Verbos reflexos acompanhados pela preposição “com”

Dando seqüência à referência efectuada no ponto anterior, pode dizer-se que o grupo preposicional é formado pela preposição *com* e pelo grupo nominal. Vejamos: *Encontrei-me com a Joana*. Nesta frase, são enunciadas as propriedades mais relevantes dos pronomes clíticos reflexos em Português Europeu. Deste modo, põe-se em evidência frases com verbos reflexos, seguidos de outros (também reflexos) que são regidos pela preposição *com*, interligando-se com os pronomes clíticos reflexos, em conformidade com o quadro 5 em anexos.

A lista apresentada acima mostra verbos reflexos que seleccionam um GPrep com a preposição *com* e que não dispensam o uso do pronome clítico nas construções em que ocorrem.

9. Procedimento didáctico a propor, neste contexto

Como se disse nos aspectos introdutórios, o presente artigo tem a pretensão de contribuir para uma reflexão em torno de uma das situações linguísticas de Angola, procurando mecanismos que permitam a opção por percursos didáticos conducentes à interiorização e posterior aplicação dos pronomes clíticos, consoante a orientação normativa. Nesse contexto, julgamos que o ensinante deve ter informações sobre os contextos condicionadores de cada variante do Português para, a partir desta realidade, poder desenvolver procedimentos que façam do aluno um eficiente usuário da língua nos diferentes contextos comunicativos a que diariamente é exposto.

Assim, na perspectiva de Araújo (2004:2), em primeiro lugar, o professor deve, através do estudo de análises contrastivas, formar uma ideia dos erros mais comuns dos alunos, em função da sua língua materna ou de aspectos relacionados com a interferência do Português do Brasil. Tome-se como exemplos as frases:

- Vou te pedir lá. / Deixa provar lá. / Lhe entreguei o lápis nas suas vistas. / Te encontrei que saíste. / Amanhã vou se levantar cedo. / Me empresta só.

Diante destes erros e de outros que o professor for detectando fora e dentro de uma sala de aulas, devem tomar-se notas dos enunciados apresentados pelos alunos. A partir destes enunciados, apresentar-se-ão exercícios orais e escritos em que a estrutura correcta se repita em

diferentes contextos, fazendo-se, assim, comparação com mais de duas produções, em prol da sua correcção linguística.

Vou pedir para ti./ Deixa-me provar./Entreguei-lhe o lápis na sua/tua presença./ Não te encontrei.

Neste caso, fazendo-se comparação com as primeiras produções, o professor deve ainda fazer correcções em situações de prática oral, pondo os alunos em ambiente de interacção, de modo que reconheçam determinados padrões e usos de linguagem.

Ainda segundo a autora citada anteriormente, o professor pode gravar e transcrever pequenos excertos de situações dramatizadas nas aulas e, em seguida, fazer um exercício de audição, de modo a levar os alunos a detectarem os seus erros de colocação do pronome clítico, sentindo-se motivados a auto-corrigirem-se. Para mais incentivo e concorrência no uso correcto do pronome clítico e demais aspectos sintácticos, o professor deverá elaborar uma grelha de auto-avaliação (para os alunos) onde diferentes aspectos da linguagem (colocação do pronome clítico, pronúncia, uso de vocabulário, sintaxe, entre outros) são objeto de avaliação numa escala de um a cinco.

Finalmente, é importante frisar que, à entrada para a escola, os falantes angolanos dispõem de uma competência e de uma *performance* da língua portuguesa que, em geral, estão bastante afastadas da variedade que a escola pretende que atinjam. Com efeito, é desejável que, nas aulas de Português dos níveis iniciais, seja introduzido um conteúdo programático relacionado com a existência de diferentes variantes do Português, associado ao estudo dos clíticos e seu emprego. Em níveis mais avançados, quando a criança, o jovem ou o adulto já tem maior capacidade de abstracção, deve ser confrontado, de forma mais demorada, não só com os padrões prescritos pela norma padrão do PE, mas também com os padrões presentes no Português falado em Angola e no Brasil, de maneira que veja as diferenças que o levem a um conhecimento explícito da língua. Esta abordagem exige, como se pode constatar, uma formação de professores sólida.

Considerações Finais

Na elaboração deste artigo, procurou-se reflectir sobre o uso do pronome clítico, por alguns falantes angolanos, tendo desembocado numa abordagem relativa ao Português falado em Angola, assim como à sua relação com as línguas nacionais, assunto que deu origem a um ponto intitulado *Aspectos de colocação e uso do clítico identificados nas produções*

linguísticas de determinados falantes angolanos, que permitiu uma breve apresentação dos dados.

Apresentados os dados, procedeu-se à indicação de causas que possam estar na base dos problemas no uso adequado do pronome clítico, tendo-se realçado o insuficiente conhecimento acerca da norma padrão do PE, a interferência do PB e das línguas nacionais faladas em todo território nacional.

Os aspectos mencionados permitiram tomar consciência de que a colocação do clítico obedece a determinadas regras, sendo a posição normal do pronome a ênclise. No entanto, isso nem sempre acontece em consequência de certas particularidades da própria língua. Estamos a falar concretamente da presença de atratores em determinada frase. Consequentemente, importa salientar que a cliticização é um tema muito abrangente e complexo, podendo ser retomado em futuras reflexões relacionadas com situações linguísticas. ▲

Referências bibliográficas

- ANÇÁ, M. H. S. F.** (1999). *Formação de Professores – Ensinar Português – entre Mares e Continentes*. Aveiro: Universidade de Aveiro, Cadernos didáticos, Série Línguas, N°2.
- ARAÚJO, L.** (2004). *A correção do erro*. Lisboa: Instituto Superior de Educação e Ciências.
- BRITO, A. M., et al.** (2003). «Tipologia das Expressões Nominais». In MATEUS, M. H. M. (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- COSTA, A. F.** (1997). *Rupturas estruturais do português e línguas bantas em Angola: para uma análise diferencial*, Minho: Universidade do Minho, Tese de Doutoramento em Linguística Portuguesa.
- DUARTE, I.** (2000). *Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise*. 1.^a ed. Lisboa: Universidade Aberta.
- ENDRUSCHAT, A.** (1994), “A Tríade Adverbial-Verbo-Pronome Clítico no Português Atual: Gramaticalização VS Pragmatização”, In *Verbo e estruturas fráscas*. Rev. Línguas e Literaturas. Porto: Faculdade de Letras.
- MATTOSO**, António, “Norma Padrão e Desvios”, in *Letrário* (Artigo Científico), 2011.
- Mendes, B. C.** (1985). *Contributo para o Estudo da Língua Portuguesa em Angola*. Lisboa: ILFLL.
- Mingas, A.** (2002). “Ensino da Língua Portuguesa no Contexto Angolano”. In MATEUS, M. H. M. (2002), *Uma Política de Língua Para o Português Colóquio de Julho de 1998*. Lisboa: Edições Colibri.
- MIGUEL, M. H.** (2007), *Língua Portuguesa 1, Funcionamento da Língua*, Luanda: editorial Nzila.
- MOTA, M. A. C.** (1996), “Línguas em contacto”. In FARIA, I. H. et al. (1996), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa: Editorial Caminho.

- PETTER, M. et alii** (2015), *Introdução à Linguística Africana*, São Paulo: Contexto, 2015.
- SIM-SIM, I., Duarte, I., & Ferraz, M. J.** (1997), *A Língua Materna na Educação Básica – Competências Nucleares e Níveis de Desempenho*, Lisboa: Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica.
- TEYSSIER, P.** (2001), *História da Língua Portuguesa*, 8.^a ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- VIEIRA, M. F.** (2011), *A Clitização pronominal em lexias verbais simples e em complexos verbais no português europeu oral contemporâneo: uma investigação sociolinguística*. Rio de Janeiro: Universidade Federal.
- VITI, N. V.** (2012), *Interferência Linguística do Umbundu no Português e Respetiva Aprendizagem*, Lisboa: Universidade Nova. (Dissertação de Mestrado)

ANEXOS

Quadro 1 - Colocação do clítico na frase

PORTUGUÊS FALADO EM ANGOLA		
Posição Enclítica	Posição Mesoclítica	Posição Proclítica
Ele não cuidou-se e morreu.	-	Não lhe vi.
Já marcou-se aquele encontro.	-	O encontro se realizará na sala de conferências.
Professor, não vê-se bem no quadro.	-	
Vejam-se, abaixo, as correspondentes destas frases, em PE. (2.^a parte do quadro) Português Europeu (Norma Padrão)		
O encontro se realizará na sala de conferências.	O encontro realizar-se-á na sala de conferências. Ele entregar-lhe-á a encomenda mais tarde. Não o vi.	Não o vi. Já se marcou aquele encontro. Professor, não se vê bem no quadro./Professor, não se consegue ver bem o que está escrito no quadro.
ASPECTOS NOVOS (NO PORTUGUÊS FALADO EM ANGOLA)		
Professor, nós não se enganamos. Colegas, vamos se servir. Quando se apercebemos, fomos ter com ele. Vou se matar, não se mata. Aqui me disseram-me.		

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2 - Verbos que não dispensam o uso do pronome

Abster-se
Arrepende-se
Apegar-se
Compadecer-se
Descuidar-se
Esquecer-se
Gloriar-se
Queixar-se

Fonte: Elaboração própria

Quadro 3 - Verbos que admitem pronomes algumas vezes e outras não

Adormecer	Adormecer-se
Ajoelhar	Ajoelhar-se
Casar	Casar-se
Partir	Partir-se
Sair	Sair-se

Fonte: Elaboração própria

Quadro 4

Preposição: de			
<p>Verbos: Experiência Psicológica</p>	<p>Aperceber-se de; Abstrair-se de; Cansar-se de; Despedir-se de; Esquecer-se de; Fartar-se de; Lembrar-se de; Olvidar-se de; Recordar-se de; Rir-se de/ Sorrir</p>	<p>Verbos indicadores de posse</p>	<p>Apoderar-se de; Apropriar-se de; Aproveitar-se de; Assegurar-se de; Utilizar-se de;</p>

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5

Preposição: com			
<p>Verbos de abstracção/acção mental e física</p>	<p>Absorver-se com; Admirar-se com; Atrofiar-se com; Concentrar-se com/em; Debater-se com; Enfadar-se com; Enganar-se com; Estafar-se com; Fatigar-se com; Mentalizar-se com/em; Moer-se com; Preocupar-se com; Prevenir-se com/em;</p>	<p>Verbos Emotivos</p>	<p>Aborrecer-se com; Alarmar-se com; Alegrar-se com; Antagonizar-se com/a/em/por; Chatear-se com; Deleitar-se com; Deliciar-se com; Desassossegar-se com; Divertir-se com; Enfurecer-se com; Enervar-se com; Ensimesmar-se com; Entristecer-se com; Exceder-se com.</p>

Fonte: Elaboração própria